



Confluências Culturais

Revista Interdisciplinar

v. 12, n. 2: Diálogos interdisciplinares sobre paisagem cultural – 2023 – ISSN 2316-395X

CONFERÊNCIA

O discurso autorizado do patrimônio e a fabricação do Patrimônio Cultural em contextos contemporâneos¹

Laurajane Smith²

Tradução: Ana Gabriela Cardoso³, Helena Stringari Gonçalves⁴,
Lucas Henrique da Silva Lima⁵, Fernando Cesar Sossai⁶

Revisão: Fernando Cesar Sossai

O patrimônio é importante. Como acadêmicos e pesquisadores dedicados aos estudos patrimoniais, tendemos a aceitar isso como um dado, como uma suposição. Contudo, por que e como o patrimônio importa sempre deve ser questionado, nunca aceito como verdade absoluta. Precisa de reavaliação contínua. As agências nacionais, os corpos de especialistas e os grupos comunitários que colocam de lado ou protegem coisas e tradições do passado não estão simplesmente valorizando aspectos do passado. Eles também estão fazendo declarações sobre suas aspirações para o presente. A forma como definimos ou usamos o patrimônio tem consequências para a sociedade contemporânea,

¹ Palestra proferida no dia 29 de abril de 2022, às 19h. A atividade resultou de uma parceria entre o Centre of Heritage and Museum Studies, o College of Arts and Social Sciences da Australian National University (ANU), o Grupo de Pesquisa Cidade, Cultura e Diferença, o curso de História da Universidade da Região de Joinville (Univille), o Laboratório de História Oral da Univille, o Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille e a Assessoria Internacional da Univille. A palestra foi proferida em língua inglesa sob o título *The Authorized Heritage Discourse and heritage making in contemporary contexts*. A tradução doravante apresentada foi realizada com autorização de Laurajane Smith.

² Professora e diretora do Centre of Heritage and Museum Studies, College of Arts and Social Sciences da ANU. Integrante da Society for the Academy of Social Sciences – Australia. Fundadora da Association of Critical Heritage Studies. Editora do International Journal of Heritage Studies. Autora de *Uses of heritage* (SMITH, 2006) e *Emotional heritage: visitor engagement at museums and heritage sites* (SMITH, 2021).

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade (PPGPCS) da Univille. *E-mail*: anacarminati18@gmail.com.

⁴ Graduanda do curso de Letras e bolsista do Laboratório de História Oral e Centro Memorial da Univille. *E-mail*: helenastringari@gmail.com.

⁵ Graduando do curso de História e bolsista do Laboratório de História Oral e Centro Memorial da Univille. *E-mail*: lukas.30.01.99@gmail.com.

⁶ Docente do curso de História e do PPGPCS da Univille. Coordenador do Centro Memorial e do Laboratório de História Oral da Univille. *E-mail*: fernandosossai@gmail.com.

e é importante entender isso. É importante entender o máximo que pudermos sobre essas consequências. Argumento que o patrimônio, que a compreensão dos efeitos do patrimônio, ou o que vou chamar de *fabricação patrimonial*, precisa sustentar nosso trabalho profissional na gestão do patrimônio, seja como gestores profissionais do patrimônio, seja como acadêmicos e historiadores do patrimônio – ou de outras disciplinas que se cruzam com as questões patrimoniais.

Meu objetivo aqui é fornecer uma visão geral, um quadro teórico, para avaliarmos como e por que o patrimônio é importante e quais são as consequências sociais da valorização do patrimônio. Essa discussão é desenvolvida, em grande medida, com base em meu trabalho acadêmico, particularmente nos livros *Uses of heritage* (Smith, 2006) e *Emotional heritage* (Smith, 2021). Ainda assim, meus argumentos, em última análise, derivam de minhas próprias experiências como praticante do patrimônio, na Austrália, durante a década de 1980. Eles também estão baseados em mais de 30 anos de pesquisa, com uma variedade de grupos comunitários, profissionais do patrimônio, visitantes de lugares, assim como [pesquisas] sobre discursos do patrimônio, análise de legislação e políticas de contextos anglófonos.

Então, no meu trabalho, desenvolvi dois argumentos centrais.

O primeiro é de que o patrimônio é uma prática discursiva e social. O patrimônio é algo que é fabricado, não algo que é possuído ou salvo. Ou seja, defendo que o patrimônio é mais bem conceituado como processo, prática ou atividade performativa em que o significado é continuamente feito e refeito. Argumento que não existe patrimônio, mas sim um conjunto de práticas que estão vinculadas às atividades de lembrança e comemoração e que usam o passado para nos ajudar a dar sentido ao presente. As coisas – ou intangíveis culturais: os elementos que definimos como patrimônio – são ferramentas culturais essenciais na construção do patrimônio, mas o patrimônio não pode ser simplesmente reduzido a essas coisas ou elementos. O patrimônio é uma prática. Não só em termos de prática profissional, mas também em termos de como os grupos comunitários e as pessoas em geral o praticam. Como prática, o patrimônio é, fundamentalmente, sobre negociar o significado e a natureza da mudança social e cultural; é sobre mediar conflitos sociais e culturais.

Em meu segundo argumento saliento que as práticas e *performances* patrimoniais são enquadradas por discursos patrimoniais, alguns dos quais são mais poderosos politicamente do que outros. Identifiquei o Discurso Autorizado do Patrimônio, ou DAP, como esse discurso hegemônico e profissional que enfatiza os valores nacionalizadores do patrimônio material e privilegia o papel dos detentores de conhecimento especializado como guardiões de tudo o que há de bom no passado. O Discurso Autorizado não é apenas o único discurso patrimonial, nem é um discurso estático. Muda ao longo do tempo, tanto entre quanto dentro de diferentes contextos nacionais. Importante: há também uma gama, uma série de outros discursos, alguns politicamente progressistas e outros politicamente conservadores. Alguns desses são técnicas do Discurso Autorizado, outros operam em oposição a esse discurso, e alguns operam sem nenhuma referência ao Discurso Autorizado. Conhecer os discursos com os quais trabalhamos é importante não apenas para desafiar o Discurso Autorizado, o que tem sido o meu objetivo ao longo da minha carreira, mas também para entender como a linguagem que usamos faz seu próprio trabalho cultural e político no mundo.

Vou expandir e ilustrar esses dois argumentos no restante desta palestra. Ao fazer isso, explicitamente defendo a ideia de que o patrimônio é um recurso político. Ressalto que todas as formas de fabricação do patrimônio – seja [ela] feita por especialistas, comunidades, indivíduos ou nações – inevitavelmente são parte do debate social e político do significado do passado no presente. O patrimônio é um recurso utilizado tanto

para fins politicamente conservadores como politicamente progressistas, por causa do poder emocional que as pessoas atribuem ao patrimônio e do papel dele na definição de identidade, bem-estar e sentido de lugar.

Uma premissa fundamental do meu trabalho é que as pessoas importam. Descobrir *o que* as pessoas fazem com o patrimônio, *por que* o fazem e as *consequências* do que fazem é algo central na minha obra. É preocupação e argumento ao mesmo tempo. Sim, as coisas materiais e os elementos intangíveis importam, mas só importam porque as pessoas, de fato, se importam ou não se importam com eles. E as pessoas fazem isso de certas maneiras, por várias razões e em vários contextos. No entanto minha preocupação com as pessoas não significa que eu adote uma abordagem construtivista. Como sou realista, meu trabalho se enquadra no Realismo Crítico⁷. Acredito que as coisas materiais importam em certos contextos. Assim, o modo como essas coisas são usadas tem consequências materiais reais para as pessoas na sociedade. Não estou preocupada simplesmente com texto e linguagem, mas sim em entender que o discurso tem consequências materiais reais para as experiências vividas pelas pessoas. Eu entendo que as relações sociais são reais e materiais. Elas têm uma realidade viva. Isso parece se voltar para o meu primeiro argumento, de que o patrimônio é uma prática performativa; defendo a ideia de que todo patrimônio é intangível. Agora, ao fazer esta palestra, não estou dizendo que esse patrimônio está pronto e que os objetos, lugares, sítios, prédios e outras coisas são adereços que nos ajudam... Desculpe! O que estou dizendo é que você conhece o patrimônio... Eu vou começar de novo: patrimônio é algo que se fabrica...

Quando digo que todas as coisas, todos os patrimônios, são intangíveis, estou dizendo que o patrimônio é algo que se fabrica. E os pontos turísticos, lugares, artefatos, edifícios e outras coisas? São artefatos que nos ajudam a realizar essa fabricação. Também não estou reduzindo todo o patrimônio à definição de patrimônio imaterial oferecida na Convenção [da Unesco⁸] de 2003. Em vez disso, estou dizendo, explicitamente, que patrimônio é uma *performance* através da qual o significado social, cultural, histórico e contemporâneo é constituído e reconstituído. Ao fazer essa afirmação, estou me baseando em uma série de debates e nas tensões entre eles.

A respeito da prática, eu me baseio nos conceitos interligados de *performance* e *performatividade*. Em particular, baseio-me na ideia de performatividade de Judith Butler, para quem a prática incorporada e os atos de fala criam e recriam continuamente o significado social. Em seu trabalho, Butler esforçou-se para desenvolver o seu conceito de performatividade. Ela argumentou, particularmente em *Gender Trouble* (Butler, 1990), que o sujeito do gênero é constituído por meio de atos que significam um determinado gênero. De forma similar, ao realizar diferentes práticas patrimoniais, nos engajamos na criação e recriação de significados patrimoniais. Isso pode incluir significados em torno do significado do passado para o presente, ideias de identidade e senso de lugar. Não significa que tais performances sejam mecânicas e se reproduzam diretamente. As pessoas são agentes, e os contextos social e político dentro dos quais as práticas são

⁷ Nota dos tradutores (N.T.): De acordo com Sossai (2022, p. 31), o debate sobre o “Realismo Crítico ganhou força no meio científico nos anos 1970, por meio dos escritos do filósofo britânico Roy Bhaskar”. Segundo o historiador, nesse viés o termo “*crítico* procura evidenciar uma diferença ‘pós-kantiana’, de cunho ‘epistemológico anti-empirista’, interessada na produção de uma teoria de ‘intenção emancipatória’. Já *realismo* visa demarcar uma rica teoria filosófica dotada, entre outras coisas, de uma ontologia, de uma teoria da ciência e de uma teoria da ação social comprometida com o estudo das estruturas do mundo (suas agências, seus poderes e seus fenômenos)” (SOSSAI, 2022, p. 32, destaques conforme o original). Nesse âmbito, grosso modo, o Realismo Crítico defende que “só podemos compreender o mundo social – e, portanto, intervir sobre ele e não meramente responder os seus imperativos – se identificarmos as estruturas em funcionamento que geram os eventos, as aparências ou os discursos” (MORAES, 2009, p. 594).

⁸ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (do inglês United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization).

conduzidas terão influências intencionais e não intencionais. Assim, a performatividade pode deslocar e alterar os significados criados. De fato, as *performances* podem deixar de ter qualquer significado ou de serem eficazes. O que eu chamo de fabricação patrimonial são as *performances* patrimoniais nas quais o significado é continuamente realizado. Isso pode incluir práticas profissionais – tais como selecionar sítios e locais para listas de patrimônio, construir essas listas, colecionar [obras] para museus, desenvolver exposições e interpretações de sítios – e toda uma gama de outras práticas profissionais. Assim, por exemplo, a Lista do Patrimônio Mundial [da Unesco] é uma prática performativa na qual a criação do patrimônio é continuamente realizada. Nesse processo, à medida que cada local é adicionado à lista, o Estado-nação que o adiciona se envolve na criação do patrimônio nacional e na negociação de como essa nação se vê e quer ser vista por outras. Além disso, toda a lista se torna um ato performativo sobre o patrimônio da humanidade. Essa é, claro, uma das razões pelas quais a Lista do Patrimônio Mundial tem sido tão fortemente criticada, pois tende a refletir suposições eurocêntricas sobre o que deve ou não ser identificado como patrimônio da humanidade, embora isso por si só esteja começando a mudar à medida que vemos a China adicionar mais e mais sítios à lista. A China está atuando em um processo performativo no qual procura se afirmar como uma nação globalmente significativa.

Performances patrimoniais ou a criação de patrimônios também podem ocorrer em outras escalas e contextos: podem acontecer à medida que visitamos, individual ou coletivamente, locais de patrimônio e nos envolvemos ou não com as interpretações de tais lugares, fornecidas por curadores e/ou equipe interpretativa em contextos menos formais. As comunidades, por exemplo, podem, formal ou informalmente, identificar e cuidar de seu patrimônio. Comunidades e outros grupos também podem fazê-lo por meio das histórias orais e das histórias que as comunidades e os indivíduos contam no compartilhamento de memórias, através da transmissão, heranças dentro das famílias, construção de genealogias e uma série de outras atividades e práticas. Assim, nesse argumento, os sítios patrimoniais, em que se incluem os museus, são definidos como “teatros da memória”, usando o conceito de Raphael Samuel (1994).

Os sítios patrimoniais e os museus também podem ser entendidos como ferramentas culturais: como ferramentas culturais que as sociedades, grupos e indivíduos usam para ajudá-los a navegar pelo significado do/no passado e para o presente. Sítios e lugares dão ao espaço um sentido de ocasião para que se tornem patrimônio. Eles se tornam adereços, ferramentas ou auxiliares de memória que nos ajudam, individual e coletivamente, a lembrar e negociar o significado do passado no presente e para o presente. Como lembramos, iremos, de novo, individual e coletivamente, esquecer que certas memórias são privilegiadas e outras são consideradas irrelevantes.

Nenhum patrimônio ou lugar tem um significado fixo. São equipamentos culturais e lugares de memória que nos ajudam a negociar o significado do passado. O significado é continuamente percebido. Ele, muitas vezes, muda dependendo das razões pelas quais a lembrança, na feitura do patrimônio, é empreendida. Então isso é importante. Lembrar e esquecer: a fabricação do patrimônio é sempre feita por uma razão, e essas razões responderão às necessidades e aspirações atuais.

Para ilustrar meu ponto, quero usar um extenso banco de dados que coletei com visitantes que o prof. Fernando Sossai mencionou na introdução da palestra. Uma base de dados em que recolhi entrevistas que fiz com visitantes de sítios patrimoniais e de museus. Essas entrevistas formam o livro *Emotional Heritage*. Elas foram coletadas em locais de produção de patrimônios nacional e dissonante na Austrália, Estados Unidos e Inglaterra. Meu objetivo com essas entrevistas era, entre outras coisas, documentar e analisar as *performances* patrimoniais nas quais as pessoas se engajavam. O exemplo

que vou citar, em um minuto, vem de uma entrevista realizada no Tenement Museum⁹, em Nova York. Esse museu documenta as histórias de imigrantes nos Estados Unidos – em Nova York, especificamente. A pessoa de quem estou falando neste trecho relatou que estava visitando o museu para refletir sobre seus ancestrais que imigraram para os Estados Unidos, e, em particular, ela está refletindo sobre sua avó – que ela caracterizou com uma citação: *“Muito corajosa e determinada”* quando, aos 16 anos, deixou a República Tcheca para [viver] nos Estados Unidos. Ela [a entrevistada] observa que durante sua visita se sentiu um pouco animada, mas também triste, e, de certa forma, mais forte. E eu perguntei: *“você se importaria de elaborar um pouco mais sobre isso?”*. Ela continuou dizendo: *“quando eu disse mais forte, quero dizer no sentido de ser capaz de relacionar as experiências presentes com a experiência passada de indivíduos ou grupos de indivíduos, sejam famílias ou comunidades maiores, me permite ilustrar mais diretamente entre quem eu sou e como estou vivendo minha vida hoje. Como isso pode se relacionar com as pessoas nas comunidades que informam novamente quem eu sou e o que estou fazendo”*.

Eu pergunto: *“o que significa estar aqui neste museu para você?”*. Ela responde: *“É uma espécie de continuação do que estávamos discutindo, sim, no sentido de que, você sabe, agarrar o corrimão, subir dois lances de escada lá no museu, me permite me sentir mais conectada. Isso é significativo para mim e para as minhas raízes”*. Neste trecho da entrevista, ela fala sobre a importância de estar no teatro da memória, que é o Tenement Museum, e agarrando o corrimão enquanto sobe as escadas do velho cortiço, um prédio que ela imagina ser muito parecido com o que sua avó havia habitado. Ela está triste e animada. Triste com as dificuldades passadas por seus ancestrais, mas orgulhosa e animada para incorporar a bravura e determinação de sua avó. Então aqui eu vislumbrei passado e presente, enquanto ela extraía valor moral de sua visita e falava sobre sua própria identidade familiar, que valorizava a força e a realização individual. Ela estava engajada com a fabricação patrimonial, construindo uma história familiar sobre sua avó e sobre os valores sociais que acompanham essa história. Esses valores passaram a fazer parte de sua própria identidade. Eles são construídos como sua herança. Mais amplamente, ela, ao lado de outros visitantes, também pode ser vista construindo coletivamente a história nacional americana de realização e de trabalho árduo, que sustenta o mito nacional dos EUA, o chamado *sonho americano*. A visita ao museu permitiu que ela se afastasse de suas atividades ordinárias para realizar e dar ocasião a essa *performance* do que significa para ela ser filha de uma família imigrante nos EUA e o que significa ser cidadã dessa nação. A fisicalidade de estar no lugar, de agarrar aquele corrimão, é importante, pois a ajuda a lembrar e negociar seu significado passado (o significado do passado para si mesmo). No entanto, e novamente, quero enfatizar isso: o significado é dela.

Eu quero voltar para o segundo argumento: patrimônio e discurso. O poder do Discurso Autorizado do Patrimônio muitas vezes impede nossa capacidade de ver as diferentes *performances* que indivíduos e grupos subnacionais podem empreender. O discurso está interligado com a prática, e ambos influenciam um ao outro. O discurso é uma maneira de falar e pensar e, de muitas maneiras, constitui o mundo. Ele significa o mundo. O mais importante, porém, é que o discurso informa nossas práticas. Por sua vez, as práticas em que nos engajamos funcionam para informar a maneira como pensamos e falamos. Como observei anteriormente, o agir e o contexto humanos sempre terão um impacto, mas usar o conceito de discurso relacionado à prática permite analisar

⁹ N.T.: Tenement Museum – Museu de Imigração de Nova York. Informações disponíveis em: <https://www.tenement.org/>. Acesso em: 27 nov. 2022.

e refletir sobre a inter-relação de como pensamos e falamos o que fazemos. E, mais importante, as consequências do que fazemos. Em resumo, os discursos sobre patrimônio que usamos, a forma como falamos e pensamos sobre patrimônio, terão consequências tanto pelas práticas patrimoniais em que nos engajamos quanto pelo tipo de práticas que consideramos legítimas ou não. Nossas práticas, por sua vez, reforçam ou modificam nosso discurso.

Como eu disse, há muitos discursos e muitas formas diferentes de definir o patrimônio. Esses discursos diferem entre nações, grupos e famílias linguísticas, entre grupos comunitários subnacionais e assim por diante. No entanto um discurso dominante desenvolvido no contexto europeu predominou nas definições internacionais e foi incorporado nas cartas da Unesco, do Icomos¹⁰, em convenções e recomendações... Esses documentos, claro, ajudam a definir o que é ou não aceitável nas práticas de gestão e conservação do patrimônio. Estas, por sua vez, funcionam para autorizar o discurso.

O Discurso Autorizado desenvolvido na Europa Ocidental, durante o século XIX, por cavalheiros enchendo os primeiros museus com coisas, é altamente influenciado pelas disciplinas da Arqueologia e da Arquitetura. Em certa medida, também, é claro, pela História. Disciplinas [estas] que começaram no século XIX na Europa. Você sabe, essas disciplinas, principalmente Arqueologia e Arquitetura, iniciaram na Europa por força de legislação, para proteger a cultura material que consideravam de valor inato e hereditário. Nesse contexto, o Discurso Autorizado do Patrimônio foi criado e consolidado na legislação e na política da Europa Ocidental. O DAP, ele mesmo, concentra a sua atenção em objetos materiais esteticamente agradáveis, na ciência, em lugares e em paisagens. As gerações atuais devem cuidar, proteger e reverenciar o patrimônio para que possa ser passado para as gerações futuras e para a educação delas.

No âmbito do DAP, é muito difícil incorporar a ideia de que o patrimônio é algo que se valoriza, e justamente esta é a ideia: a valorização do patrimônio é um processo contínuo, e o patrimônio não tem valor simplesmente milagroso.

No contexto anglófono, a ideia de que o patrimônio é frágil, finito e não renovável é constantemente repetida nos documentos patrimoniais. É sob esse discurso que emerge a crença de que especialistas não emotivos estão autorizados a se tornar os administradores do passado, compreendendo e comunicando o valor do patrimônio à nação, assim como a educar a nação sobre o seu patrimônio e a sua história.

O patrimônio, segundo o Discurso Autorizado, deve ser repassado e preservado inalterado, ou seja, conservado como encontrado. Assim, quaisquer significados que um sítio patrimonial possa ter no presente são considerados menos importantes do que o significado que se presume ter tido no passado. Sob o Discurso Autorizado, o patrimônio representa tudo o que há de bom e importante no passado, contribuindo para o desenvolvimento da identidade e do caráter nacional. A ideia de que patrimônio e identidade estão ligados nunca é questionada dentro do discurso, e isso significa que a ideia de que patrimônio é sobre identidade nacional nunca é realmente questionada. Os valores patrimoniais das comunidades e outros grupos subnacionais podem ser ignorados. Isso também significa que as ideias de identidade se tornam muito difíceis de mudar ou desenvolver. Ela [a identidade] fica congelada, presa na cápsula do tempo, de modo que eventos imateriais e monumentos do patrimônio nacional devam reproduzir para sempre certos entendimentos do passado. Mas, também, o que eles significam para o senso de si mesmo e de identidade das pessoas? Curiosamente, apesar da ênfase na identidade nacional, as *questões emocionais* raramente são consideradas explicitamente, e questões de usos políticos do passado são, inevitavelmente, caracterizadas como uma manipulação dos valores inatos – e imutáveis – e do próprio significado de patrimônio.

¹⁰ Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (do inglês International Council of Monuments and Sites).

O Discurso Autorizado varia de nação para nação, mas ainda assim há elementos comuns desse discurso que, em última análise, derivam de entendimentos da Europa Ocidental. E, como eu disse, eles assumiram não apenas a autoridade, mas a influência em todo o mundo, por terem sido incorporados pelo Icomos e em convenções da Unesco (em particular, na Convenção do Patrimônio Mundial e nas práticas profissionais de gestão patrimonial e curadoria de museus).

Podemos ver o Discurso Autorizado em ação quando as nações dizem que os lugares nacionais são valorizados como patrimônio de grupos comunitários locais ou subnacionais, assim como na rejeição, por exemplo, do patrimônio indígena e nas lutas em curso para dar pouca legitimidade aos conceitos de patrimônio imaterial. Muito embora eu saiba, através do reconhecimento do patrimônio imaterial, principalmente da Convenção [da Unesco] de 2003, que o DAP está sob ataque, o Discurso Autorizado ainda está intimamente associado à construção da nação e tende a privilegiar uma compreensão monocultural e assimilacionista da História e do patrimônio nacional. Nisso, inevitavelmente, a história das elites é defendida à custa do reconhecimento social e político e do engajamento com a diversidade social. No entanto, o DAP assumiu um papel ainda mais problemático nos últimos tempos, isso porque as noções do Discurso Autorizado passaram a ser mobilizadas pelos populistas e dentro dos movimentos populistas. Por exemplo, os debates sobre o destino das estátuas confederadas nos Estados Unidos, ou das estátuas do capitão Cook¹¹ em meu próprio país, a Austrália, ilustram a utilidade do Discurso Autorizado para a lógica política do populismo. O capitão Cook é comumente considerado, supostamente, o descobridor da Austrália, em 1770. Ele foi fundamental para o Direito britânico reivindicar que a Austrália era terra de ninguém, terra vazia. Assim, ele iniciou a desapropriação dos povos indígenas, de suas terras e tudo isso o que continua a implicar no presente.

Nas últimas décadas, pedidos para remover estátuas de Cook e de outras figuras militares confederadas têm sido feitos cada vez mais. Nos conflitos em torno dessas tentativas – e, devo acrescentar, há estátuas comemorativas semelhantes em outras regiões do mundo –, o Discurso Autorizado é continuamente invocado nos argumentos de que essas estátuas são, de alguma forma, históricas e que seus valores e significados são imutáveis. Derrubá-las é negar a história, e assim os argumentos seguem...

A simples ideia de que as pessoas valorizam o passado de forma diferente e por diferentes razões é difícil de articular nas práticas patrimoniais enquadradas pelo Discurso Autorizado. Isso ocorre porque o patrimônio é simplesmente entendido no sentido de que todo patrimônio é patrimônio de todos (tal patrimônio é compartilhado como inerentemente bom). Mas as ideias de um patrimônio compartilhado ignoram a diversidade, ignoram a dissonância e as políticas de inclusão e exclusão. Em qualquer contexto, o patrimônio também exclui tanto quanto inclui. Ao definir o meu patrimônio, ou o patrimônio de uma nação ou de uma comunidade, tanto se exclui quanto se inclui. Mais importante, porém, é fazer isso de forma que não apenas a diversidade seja ignorada ou obscurecida, mas a desigualdade social também seja deixada de lado. No contexto dos movimentos populistas, não é por acaso que o Discurso Autorizado foi considerado útil. Isso porque proclama um senso de unidade em que a diversidade e a desigualdade podem ser ignoradas. A capacidade dos populistas de invocar o que os cientistas políticos definem como *heartland*¹², em inglês, em que as pessoas estão historicamente situadas

¹¹ N.T.: Navegador e capitão da Marinha Real Britânica, James Cook (1729-1778) fez viagens pelo Oceano Pacífico explorando a costa leste da Austrália.

¹² N.T.: Expressão que, além de significar região central, refere-se à zona imaginada como o coração histórico de um país, estimulando sentimentos de pertencimento a uma comunidade nacional imaginariamente coesa.

e excluídas e inevitavelmente colocadas contra uma elite, pode parecer contraintuitivo para o trabalho que o Discurso Autorizado do Patrimônio normalmente faz. Dentro da lógica populista, aqueles definidos como pessoas historicamente ignoradas precisam se sentir incluídas e parte de um coletivo nacional historicamente legitimado.

O Discurso Autorizado fornece certeza e autoridade às leituras históricas do passado, pois proclama que os locais e lugares materiais têm valores inerentes e imutáveis. Eles fornecem provas materiais e solidez para aquela história. A fisicalidade das estátuas dos soldados confederados do capitão Cook faz o que o corrimão fez para a visitante do Museu Tenement: a estátua do capitão Cook fornece certeza material para aquilo que as pessoas estão sentindo e acreditando sobre o passado. Além disso, permite que o passado e o presente sejam encurtados, legitimando ainda mais a sensação de que o passado tem consequências imediatas no presente. Já no contexto dos movimentos populistas conservadores, o Discurso Autorizado também permite que os populistas encubram a hipocrisia que muitos deles costumam ter: a hipocrisia de que são, muitas vezes, da elite, e que muitas das pessoas que os seguem não estarão melhores sob sua liderança. Isso se dá pela capacidade do Discurso Autorizado de proporcionar certeza emocional sobre o patrimônio e a história, as emoções são centrais tanto para o patrimônio quanto para a política populista. O patrimônio é um motivo. O Discurso Autorizado não estava realmente envolvido com emoções, mas reconhece a importância nacional do patrimônio e, portanto, aponta para questões de nacionalismo e patriotismo. As emoções desempenham um papel importante na validação das práticas de lembrar, esquecer e fabricar o patrimônio em geral. É algo que se sente emocionalmente autêntico. Se nos engajarmos em uma *performance* patrimonial que pareça emocionalmente precisa, então as memórias e significados invocados e executados nesse processo são legitimados. Da mesma forma, se algo parecer marcante ou falso, os significados e memórias gerados não serão vistos como legítimos. O psicólogo social John Jost (2019) argumenta que aqueles que defendem ideologias politicamente conservadoras são motivados a administrar e negar o medo e a ambiguidade. Essas são características do populismo de direita. A capacidade dos líderes populistas de gerenciar o medo e a ambiguidade facilita a criação e a manutenção de conexões *para* e *dentro* da população.

Como argumenta Jost, a motivação para gerenciar o medo pode superar o reconhecimento ou o envolvimento de uma pessoa com sua própria falta de equidade. Consequentemente, harmonizar um sentimento de pertencimento com a legitimidade emocional e um patrimônio que forneça um passado e um presente inequívocos pode se tornar uma importante ferramenta populista. A utilização do patrimônio não apenas em defesa de certas estátuas, mas também para proporcionar um sentimento de *heartland* e um sentimento de pertencimento inequívoco e emocionalmente satisfatório, não pode ser ignorada. O Discurso Autorizado ou, pelo menos, aspectos dele podem ser mobilizados para autorizar a fabricação patrimonial de formas problemáticas para os profissionais do patrimônio ou mesmo para as instituições que mobilizam esse discurso. Quero dizer, nós podemos não gostar da maneira como o DAP é abordado, por exemplo, no debate populista na Austrália e em movimentos de direita nos Estados Unidos, em outros lugares e assim por diante, mas precisamos entender que a capacidade do Discurso Autorizado de legitimar a fabricação patrimonial tem seus próprios poderes políticos.

Minha teoria do patrimônio visa, em grande parte, desafiar o Discurso Autorizado. Isso não se deve apenas aos usos populistas recentes do patrimônio, mas também porque, em última análise, o próprio Discurso Autorizado o torna difícil de engajar com questões de diversidade e equidade. O Discurso Autorizado promove e enquadra práticas nas quais é difícil aceitar que valores e significados passados estejam constantemente em movimento e em mudança. Ora, como disse, o Discurso Autorizado não é o único discurso

patrimonial. Na verdade talvez nem seja dominante fora dos contextos profissionais e populistas. Assim, este é um quadro que registra a sistematização das respostas de mais de 2,5 mil pessoas nos Estados Unidos, na Austrália e na Inglaterra para as quais foi perguntado: Se eu disser a palavra *patrimônio*, o que ela significa para você? Várias respostas representaram o Discurso Autorizado (são as que estão destacadas em laranja).

Figura 1 – Respostas à questão “Se eu disser a palavra *patrimônio*, o que ela significa para você?”

	Australia %	USA %	UK %
Don't know	4	1	0
History/the past	29	16	21
Background/identity	33	35	12
Intangible references	5	4	20
family	7	33	1
Material things (AHD)	9	1	12
Act of preservation	7	1.2	29
Nationalism/patriotism	3	3	0
Critical of idea/term	0.2	0.4	2
What Indigenous or other people have	1	0.1	0
Emotional response	0.3	0.7	0
Nominates Origin myth	0.8	0.3	0
Ethnic identity	0.3	5	0
My religion	0	0.2	0
Royalty/aristocracy	0	0	1
education	0.7	0.4	1
Total	911	1008	713

Fonte: Apresentação da palestrante (2022)

Por exemplo, a resposta *coisas materiais* reflete a definição orientada por especialistas ou [a definição] autorizada. Ela indica coisas como casas históricas, artefatos arqueológicos de museus, entre outros. A resposta *história/passado* é vaga, eu realmente não consigo definir. Não sei o que significa e foi colocada tanto como nosso patrimônio quanto como história ou passado. Portanto nessas respostas não está claro se eles estão se envolvendo com o Discurso Autorizado ou não. Porém, em conjunto, essas definições enquadradas pelo Discurso Autorizado representam apenas 19% das respostas como esta: “Devo admitir que a primeira coisa que veio em mente é um prédio antigo”. No entanto a ideia de que o patrimônio é intangível (a família, parte da identidade étnica de uma pessoa ou, na maioria das vezes, parte de um senso nebuloso de passado) não faz parte do Discurso Autorizado, e compõe o restante dessas respostas.

A definição autorizada não é uma definição compartilhada pela maioria dos profissionais conhecidos, incluindo aqueles que foram entrevistados ou fizeram essa pergunta durante visitas a sítios, museus de construção da história nacional. Assim, o que emerge claramente nessas definições restantes são questões emocionais e de sentimento. Os visitantes muitas vezes lutavam para responder à minha pergunta não porque não a entendessem, mas achavam difícil expressar os sentimentos ou emoções que associavam à palavra patrimônio. Alguns dos sentimentos e valores foram expressos; eles se encaixaram confortavelmente nas definições do Discurso Autorizado, tais como o nacionalismo. Nessas definições, porém, as pessoas estavam se referindo à emoção e não ao entendimento materialista da natureza do patrimônio. O patrimônio não foi percebido como uma coisa, mas como um sentimento de pertencimento. Assim, por exemplo, uma pessoa diz:

Patrimônio? Patrimônio, para mim, é a história que ocorreu desde os nossos antepassados e nos trouxe até o ponto em que estamos hoje. Qualquer coisa que tenha acontecido no passado, seja nossa cultura ou nossos familiares no passado, esse patrimônio é o que nos torna quem somos. Como sentimos e como pensamos.

A segunda pessoa disse: *"Patrimônio é mais do que fatos, talvez algo como um sentimento"*.

O contexto também está firmemente incorporado em definições mais específicas que fazem referência à família e à etnia. Então, aqui, [outras respostas]: *"Patrimônio significa minha origem, minha ascendência, de onde eu vim"*. Uma outra pessoa disse: *"É minha linhagem familiar [...], passa pela minha avó e assim por diante. [...] São os valores com os quais fui criado"*. O sentimento de pertencimento a um contexto identificado nas respostas também se reflete fortemente nas respostas que nomeiam o sentimento de pertencimento nacional, assim como nas definições que se baseiam explicitamente no intangível. Essas definições nomeavam não apenas um sentido de tradição, mas modos de vida, valores e experiências sociais e culturais. Assim, por exemplo, nessas respostas, o patrimônio é definido como as *"experiências comuns de um grupo de pessoas"*. [Outra resposta afirma:] *"Patrimônio é quando viajei por todo o mundo para ver todos os diferentes tipos de pessoas, onde vivem e como lidam com as suas vidas cotidianas"*.

O que é evidente nas respostas à pergunta *"O que é patrimônio?"* é que o Discurso Autorizado dirigido por especialistas não é representativo para aqueles que não têm entendimento do que é patrimônio, pelo menos no contexto em que fiz a pesquisa, no qual a ideia de que identidade e vínculos de pertencimento e bem-estar estão implícitos nas definições tradicionais autorizadas de patrimônio. Contudo a ideia de que o patrimônio está ligado a expressões de identidade é bem ensaiada na literatura e nas políticas públicas. De qualquer forma, a falta de reconhecimento dos aspectos emocionais do patrimônio, dentro do Discurso Autorizado, funciona para obscurecer e, em última análise, para negar a legitimidade desses sentimentos. Portanto não incorpora uma compreensão específica da emotividade do patrimônio em práticas curatoriais e de gestão do patrimônio.

Sendo assim, definições materialistas de patrimônio deslegitimam a validade e a amplitude da diversidade de compreensões patrimoniais, e o mais importante: elas [as definições] perdem a força do sentimento e a utilidade que as pessoas encontram no conceito [de patrimônio]. Então, em qualquer definição de patrimônio, torna-se importante que nos envolvamos com a emoção. *Performances* patrimoniais não são, simplesmente, sobre a criação de significados. Elas também tratam de ensaiar certas emoções e sentimentos e, como observei, esses sentimentos dão validade aos significados que o passado tem para o presente. Sentir é acreditar, até certo ponto.

A emoção ou o sentimento não vêm sobre nós inconscientemente. Alguns acadêmicos têm argumentado que um movimento ou efeito pode ser inerente a uma situação particular ou inerente a um objeto particular; estar em um determinado patrimônio histórico inevitavelmente invocará certas emoções. Acho essa definição altamente problemática porque uma coisa é saber, outra é valorizar a história de um lugar para se preocupar com ela o suficiente para que emoções sejam geradas (ou movimentos particulares sejam gerados). Fico feliz em explorar essa questão mais tarde nas perguntas.

Meu terceiro argumento é de que o patrimônio é político. O patrimônio é um recurso político. O Discurso Autorizado pode conferir autoridade a certas práticas de fabricação do patrimônio, e o poder imediatamente se torna político quando o poder, claro, é invocado. Mas o patrimônio também pode ser entendido como um recurso específico em diversos contextos. No contexto sobre o qual vou falar hoje, especificamente,

relacionarei com a política de reconhecimento. Há muitas maneiras pelas quais a política de reconhecimento é compreendida e discutida na filosofia política. Em todas as formas, a política de reconhecimento pode ser caracterizada como uma luta, uma luta contínua na qual determinados grupos exigem reconhecimento de outros grupos da sociedade, assim como o reconhecimento de si mesmos e de aspectos de sua identidade e, por extensão, o reconhecimento das suas circunstâncias históricas e contemporâneas, assim como de seu *status* [social]. Outros grupos podem resistir a essas demandas, trabalhando para excluir outros por meio da ausência de reconhecimento ou da continuação do falso reconhecimento, ou do desenvolvimento de novas formas de falso reconhecimento do grupo e seu indivíduo. Assim, à medida que alguns grupos buscam reconhecimento, outros recuam e retêm o reconhecimento ou criam formas de falso reconhecimento das demandas do grupo. É inevitavelmente uma luta contínua, e as consequências do reconhecimento variam consideravelmente no debate sobre o reconhecimento. Costumo recorrer ao trabalho de Nancy Fraser (2000) para entender o conteúdo e as consequências disso. Ela argumenta que as reivindicações por reconhecimento da diferença e identidade estão ligadas às demandas por justiça restaurativa. As reivindicações estão ligadas a questões de inclusão social e, mais significativamente, equidade nas negociações de políticas sobre a distribuição de recursos como financiamento da terra, assistência social, moradia, acesso à educação e assim por diante. Isto é importante, para mim, para a compreensão das consequências políticas do patrimônio: que adotemos entendimentos do poder do patrimônio, da política do patrimônio, de maneira que nos seja permitido entender suas consequências materiais nas experiências vividas pelas pessoas.

Para Stuart Hall (1999), o que não é visto como parte do patrimônio de uma nação importa. A capacidade de se ver refletido no espelho nacional não se trata de se sentir bem com a política de identidade. Isso nos traz, como argumenta Fraser, consequências materiais reais. A falta de reconhecimento ou a continuação do falso reconhecimento nega o que Fraser chama de *paridade de participação de indivíduos e grupos* nas negociações sobre o acesso aos recursos. O resultado do reconhecimento deve não ser apenas equidade na participação social, mas deve levar a uma redistribuição de recursos e direitos. E claro que nem sempre o reconhecimento levará fácil ou automaticamente à redistribuição. Aqueles em posições privilegiadas, é claro, não entregam o poder facilmente, tampouco compartilham direitos e recursos facilmente. Eles próprios trabalharão para manter o falso reconhecimento ou a falta de reconhecimento para garantir que seu acesso a recursos e privilégios seja mantido para garantir o *status quo*.

Então estou argumentando que o que se refere como autorreconhecimento deve se inscrever a uma política de reconhecimento em que indivíduos e grupos devem ser capazes de situar sua identidade e experiência social e cultural historicamente. Em primeira instância, aqueles que buscam justiça devem se reconhecer como herdeiros da marginalização e buscar solidariedade com aqueles que se posicionam de forma semelhante. Aqueles de quem o reconhecimento pode ser buscado também devem se autorreconhecer e se situar historicamente como herdeiros de privilégios e direitos negados a outros (aferidos no reconhecimento da desigualdade).

As emoções desempenham um papel também aqui. Certas emoções, como vergonha e culpa, podem fazer com que as pessoas evitem o reconhecimento, pois são emoções que elas não querem sentir. Alternativamente, a vergonha do racismo sistêmico, por exemplo, pode impulsionar grupos dominantes na sociedade a se engajarem em reconhecimento. Raiva e empatia acho que têm um papel importante a desempenhar.

O patrimônio torna-se um recurso político na política de reconhecimento, pois os discursos do patrimônio definem os lugares de patrimônio como representantes da identidade e do senso de lugar de uma população. O patrimônio é, frequentemente,

usado para legitimar reivindicações de identidade e experiências sociais, políticas, históricas e contemporâneas. Além disso, as *performances* patrimoniais negociam o significado e a legitimidade de aspectos selecionados do passado para reforçar as reivindicações no presente. O patrimônio também se manifesta na forma como indivíduos e grupos trabalham tanto para desafiar quanto para sustentar seu senso de autorreconhecimento. Então, voltando ao conflito sobre figuras militares confederadas e as estátuas do capitão Cook: o destino dessas estátuas está diretamente implicado na política de reconhecimento e redistribuição, cujo sentido de história e patrimônio prevalece nas lutas. Se a estátua é removida ou permanece, há consequências materiais e políticas.

O patrimônio não é, inerentemente, conservador nem progressista, mas é uma visão do público e das negociações emocionais sobre a justiça social e o *status quo*. Há espaços de lutas por reconhecimento e redistribuição, e há legitimidade dada ou negada a valores sociais e ideologias particulares. Assim, o debate sobre as estátuas é um exemplo claro da política de patrimônio e seu papel no reconhecimento [público]. O patrimônio desempenha um papel político no dia a dia mais ordinário. Para ilustrar isso, vou usar minhas entrevistas com pessoas que visitaram museus na Austrália, Estados Unidos e Inglaterra. O primeiro exemplo vem de zonas de *plantation*¹³ de propriedade de ex-presidentes dos Estados Unidos, que também foram considerados os fundadores desse país. Nesses locais, as pessoas celebravam seu senso de identidade americana. Então, aqui [um trecho da entrevista]: *"Estar no local apenas reforça minha crença nos pais fundadores..."; "Este país desfruta da liberdade que tem hoje por causa de homens como Andrew Jackson e outros que deram suas vidas para que, você sabe... pudéssemos ter liberdade..."; e assim por diante.*

Ideias de liberdade americana – o que quer que queiram dizer com isso – e o mito da identidade nacional americana foram continuamente reforçados nesses locais, assim como em outros locais de criação de patrimônio nacional. Esse reforço contínuo do que significava ser e dos valores incorporados ao que significava ser americano muitas vezes foi feito independentemente do que a mensagem curatorial sugeria, independentemente do que os curadores e intérpretes tentavam transmitir ao público. Mesmo em espaços onde os curadores tentavam desafiar os consensos recebidos sobre a fabricação do patrimônio nacional, os visitantes se envolveram em *performances* que acabaram por reforçar as narrativas oficiais. Aqui está um exemplo de uma exposição no Museu Nacional Smithsonian¹⁴, que tentava falar sobre o extenso papel de Thomas Jefferson na escravização de pessoas. O que eu quero enfatizar é que a exposição narrava o estupro de mulheres escravas, a gestação de filhos escravizados e assim por diante. Perguntei a uma enfermeira [entrevistada] que saía da exposição o que aquilo significava para ela. Ela disse: *"Sim, ele [Jefferson] deu uma chance aos escravos, e é disso que se trata este país, dar uma chance às pessoas e criar igualdade"*.

Alternativamente, enquanto muitas pessoas simplesmente reforçam suas narrativas de entrada, alguns visitantes, ao irem a sítios patrimoniais, reforçam um sentido mais crítico de identidade; reforçam e fortalecem seus valores sociais e políticos para realizar uma atuação de legitimação desses valores. Aqui [referindo-se aos *slides*], há alguns exemplos de pessoas que visitam locais de trabalho. O primeiro, o Tolpuddle Martyrs

¹³ N.T.: Durante o período colonial estadunidense (do século XVI ao XVIII), grosso modo, as *plantations* conformavam um tipo de sistema agrícola de monocultura de produtos para exportação e exploração da mão de obra escrava em grandes latifúndios.

¹⁴ N.T.: Museu de história natural administrado pela Smithsonian Institution, localizado no National Mall, em Washington – Estados Unidos. Neste ponto, Laurajane Smith está se referindo à narrativa histórica da exposição intitulada *Slavery at Jefferson's Monticello: paradox of liberty* (2012).

Museum¹⁵, na Inglaterra, onde o visitante diz que está visitando para restaurar sua fé no sindicalismo. Outro, na Austrália, sobre um visitante do Museu Eureka¹⁶: no *slide* você vê uma foto da bandeira da barricada, que foi hasteada sobre uma rebelião de trabalhadores contra imposto injusto, taxas de mineração e assim por diante. E isso veio a representar o movimento trabalhista aqui na Austrália. Esse visitante usava, especificamente, um chapéu que foi estampado com sua filiação sindical. Ele disse que estava visitando porque fazia com que ele se sentisse orgulhoso das condições em que está trabalhando, condições essas que têm sido lutadas desde os dias da barricada de Eureka (e ele lista dia de folga, oito horas de trabalho e assim por diante): *“Lembrando a luta pelos direitos dos trabalhadores e sendo forte nas negociações no acordo empresarial!”*.

Em outro exemplo, um indígena americano visitando um sítio cultural indígena, nos Estados Unidos, reforçou seu senso de autovalorização, observando que *“Os povos indígenas ainda estão aqui, lá, na América...”*. De outro modo, um visitante do mesmo sítio indígena, dessa vez uma pessoa que se identificou como caucasiano americano, indicou que estava retrabalhando ali o seu próprio senso de identidade e responsabilidade cultural. Ele estava refletindo sobre sua própria posição privilegiada na sociedade em relação à dos indígenas americanos. Ele disse: *“Bem, você sabe, você diria tristemente, tipo, assim como vocês, australianos, você sabe, assim como os brancos, somos pessoas que foram os invasores, que trouxemos as doenças, os assassinatos e todas essas coisas”*.

Nesses exemplos, os visitantes estão reforçando inconscientemente e conscientemente seu senso de identidade e lugar na sociedade, o que tem implicações políticas. Aqueles que continuamente reforçam seu senso de privilégio como visitantes das casas presidenciais e da exposição sobre Jefferson ajudaram a manter o *status quo*, social e político, por meio da construção individual e coletiva do patrimônio. Esses exemplos de fabricação patrimonial, a partir da história do trabalho e dos sítios indígenas, ajudam a validar a legitimidade e os valores morais e políticos dos seus visitantes. Tudo isso pode ter implicações políticas importantes aos que procuram reconhecer e retribuir a aqueles que estão envolvidos em lutas políticas.

Como definimos ou usamos o patrimônio implica consequências para a sociedade contemporânea. Os discursos que escolhemos usar e que enquadram nossas práticas são importantes. Como profissionais, acadêmicos e estudantes do patrimônio é fundamental refletirmos criticamente sobre nossas práticas e suas consequências sociais e políticas.

CONCLUSÃO

Ao avaliar como e por que o patrimônio importa, é fundamental refletir continuamente sobre o que fazemos e por que o fazemos. Também precisamos nos perguntar: para quem estamos fazendo isso? Quem queremos beneficiar com nossas atividades e por quê? Essa forma de reflexão nos obriga a desafiar o DAP. Igualmente exige que consideremos o patrimônio como sendo abertamente emocional e político. Eu ofereci uma maneira de pensar sobre o patrimônio como algo político. Há, ainda, outras expressões e implicações políticas. Contudo entender a política do patrimônio significa entender que o patrimônio trata de pessoas e de como elas usam sítios, lugares, objetos

¹⁵ N.T.: Museu britânico que apresenta a história de prisão, julgamento, punição e campanha pela liberdade dos mártires envolvidos com a fundação do sindicalismo moderno.

¹⁶ N. T.: O Museu da Democracia Australiana em Eureka (M.A.D.E.) é dedicado à democracia, situado no local da Rebelião Eureka em Ballarat, Victoria – Austrália.

e expressões culturais imateriais para muitos propósitos diferentes. Esse entendimento impõe aos profissionais do patrimônio a obrigação de tomar decisões sobre quem apoiamos e quem não apoiamos.

Quais são as agendas e aspirações que queremos legitimar e quem não queremos legitimar quando nos envolvemos em práticas de gestão patrimonial? Isso exige que sejamos políticos e tenhamos uma agenda política que informe nossas práticas. Segue-se, então, que precisamos ser honestos e abertos sobre essas agendas, não apenas para as pessoas com quem trabalhamos, mas também para nós mesmos. Não nos escondamos atrás das ideias de que somos profissionais neutros, sem emoção e sem objetivos. Como profissionais ou acadêmicos, nem sempre conseguimos que nossas próprias agendas e aspirações sejam aceitas, mas sermos honestos e abertos sobre nossas posições é importante para ampliarmos e abrirmos o debate em estudos e práticas de gestão patrimonial.

Muito obrigada pela atenção de hoje. Muito obrigada a todos por terem vindo e por me ouvirem. Fico muito feliz em tirar dúvidas, abordar pontos de desacordo e receber comentários. Obrigada!

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Gender trouble: feminism and the subversion of identity**. New York: Routledge, Chapman & Hall, 1990.

FRASER, Nancy. Rethinking recognition. **New Left Review**, n. 3, p. 107-120, maio/jun. 2000.

HALL, Stuart. Whose heritage? Un-settling “the heritage”, re-imaging the post-nation. **Third Text**, v. 13, n. 49, p. 3-13, 1999.

JOST, John T. A quarter century of system justification theory: questions, answers, criticisms and societal applications. **British Journal of Social Psychology**, v. 58, n. 2, p. 263-314, 2019.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. “A teoria tem consequências”: indagações sobre o conhecimento no campo da educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 107, p. 585-607, maio/ago. 2009.

SAMUEL, Raphael. **Theatres of memory: past and present in contemporary culture**. London: Verso Books, 1994.

SMITH, Laurajane. **Emotional heritage: visitor engagement at museums and heritage sites**. London: Routledge, 2021.

SMITH, Laurajane. **Uses of heritage**. London: Routledge, 2006.

SOSSAI, Fernando Cesar. **A construção de consenso nos bastidores da OCDE: notas sobre educação e tecnologia (1960-1992)**. Joinville: Editora Univille, 2022.